

CRONOLOGIA E DOCUMENTOS DO ACAMPAMENTO EM CABROBÓ (PE)

Entre os dias 26 de junho e 4 de julho de 2007, cerca de 2.000 pessoas ligadas a quase trinta entidades, organizações, movimentos sociais, comunidades e povos tradicionais estiveram na área onde seriam iniciadas as obras do Eixo Norte da Transposição do Rio São Francisco, em Pernambuco. O acampamento reacendeu a discussão pública sobre a Transposição e resultou ainda na mobilização vitoriosa dos índios Truká, que historicamente reivindicam a região como Território Indígena. Abaixo segue uma cronologia do acampamento e os documentos lançados pelos manifestantes.

1. CRONOLOGIA

26 de junho

O 2º Batalhão de Construção e Engenharia do Exército dá início às obras do Eixo Norte da Transposição do Rio São Francisco. A área de início das obras, localizada no km 29 da BR-428, entre os municípios de Cabrobó (PE) e Orocó (PE) e circundada pelas fazendas Trucutu, Toco Preto e Mãe Rosa, é ocupada por cerca de 2.000 pessoas ligadas a quase trinta movimentos sociais, entidades, organizações, comunidades e povos tradicionais de Minas Gerais, Pernambuco, Sergipe, Alagoas, Bahia e Ceará.

27 de junho

Os bispos de Barra (BA), Dom Luiz Flávio Cappio, e de Juazeiro (BA), Dom José Geraldo da Cruz, visitam o acampamento. São organizadas no acampamento as equipes de trabalho e o processo de formação política. O Ministério da Integração divulga falsa informação sobre ter ajuizado ação de reintegração de posse contra o acampamento. Rômulo Macedo, do Ministério da Integração, tenta visitar a área, mas não é recebido. O prefeito de Cabrobó instiga a população a reagir contra os acampados.

28 de junho

A Advocacia-Geral da União ajuíza ação de reintegração de posse contra os acampados, que fica a cargo do juiz da 20ª Vara Federal de Salgueiro (PE), Georgius Luís Argenti Príncipe Credidio. Os acampados passaram o dia tapando o “buraco do Geddel”, escavado às pressas pelo Exército para a inauguração oficial das obras do Eixo Norte. Além disso, aram a terra, plantam mudas de plantas típicas da mata ciliar e alimentos como feijão, milho, abóbora e melancia.

29 de junho

Os acampados celebram o dia de São Pedro enquanto a área é sobrevoada por um helicóptero, e aumenta a movimentação de policiais e soldados. O juiz Credidio concede ainda pela manhã liminar de reintegração de posse contra o acampamento; os manifestantes, reunidos em assembléia à noite, decidem

permanecer no local, mesmo após a expedição da liminar, até que sejam oficialmente notificados, quando avaliariam a situação para decidir o que fazer. Os Truká retomam as fazendas Toco Preto e Mãe Rosa, que deveriam ter sido anexadas a seu território há mais de dez anos, quando teve início a demarcação da área. Um trator arrou uma área da fazenda e os Truká iniciaram a construção da primeira casa de barro na área.

30 de junho

Manifestação em Cabrobó protesta contra a Transposição do São Francisco e relembra o assassinato de dois índios por policiais em 2005, até hoje sem esclarecimento. A ocupação é mantida por cerca de 800 pessoas, que se dedicam ao mutirão para a construção de casas e preparação da terra para a agricultura. Policiais à paisana fotografam e abordam manifestantes durante o ato em Cabrobó. Aumenta o apoio ao acampamento, seja na forma de novas caravanas que chegavam para revezar-se com os acampados, seja na forma de manifestos de solidariedade ou auxílio para a infra-estrutura. O bispo de Floresta (PE), Dom Adriano Ciocca Vasino visita o acampamento.

1º de julho

Cresce o número de Trukás no acampamento, que fazem um toré para lembrar o assassinato de dois índios e celebrar a retomada das terras. Policiais à paisana tentam se infiltrar no acampamento. Aumenta o revezamento de grupos no acampamento, enquanto novos documentos de apoio começam a circular.

2 de julho

Os governadores de Pernambuco, Eduardo Campos, Rio Grande do Norte, Wilma Faria (ambos do Partido Socialista Brasileiro/PSB), e Paraíba, Cássio Cunha Lima, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), se reúnem em caráter de emergência em Recife (PE) para tratar das manifestações contra a Transposição e decidem intensificar a campanha em favor da mesma. É inaugurada a praça central do acampamento com música, poesia e um jantar coletivo.

3 de julho

Novas caravanas chegam de Pernambuco e do Ceará, mas, no fim do dia, a Polícia Militar impede a entrada e saída de pessoas do acampamento, alegando agir sob ordens do comando policial do município. Questionados pela ação e por não haverem apresentado documento algum que justificasse sua ação, um dos policiais afirmou: “*o documento somos nós*”.

4 de julho

Um oficial de justiça, incumbido de notificar os acampados do mandado de reintegração de posse, chegou ao acampamento acompanhado por um representante da Fundação Nacional do Índio (Funai) e escoltado por agentes

da Polícia Federal e policiais militares (fortemente armados e apoiados por helicóptero, ambulância e viaturas). Os acampados, que haviam deliberado manter a ocupação até a chegada da notificação oficial, decidiram sair do acampamento, mas não aceitaram nenhuma ajuda da Polícia Militar para retirar suas coisas do local. Os Truká reocuparam a área dias depois.

2. DOCUMENTOS

2.1. Manifesto do acampamento dos movimentos sociais em Cabrobó

O Nordeste é Viável sem Transposição e com Ética na Política

De São João a São Pedro, o Nordeste todo se une em sua maior festa. Coincidente com as colheitas no Sertão é a festa da fartura, da solidariedade e da alegria. Do Nordeste viável, auto-sustentável e soberano. Nós, os movimentos populares e entidades civis da Bacia do Rio São Francisco e de todo o Nordeste, viemos festejar em Cabrobó (PE) para mostrar que o Nordeste não precisa deste projeto traiçoeiro chamado “integração de bacias”, a mesma antiga Transposição. Acampados em cerca de 2.000 pessoas junto ao canteiro de obras, no km 29 da BR-428, viemos exigir a imediata suspensão das ações que dão início às obras da Transposição. Em sinal de outro desenvolvimento, voltado para a população e não para o capital, nos irmanamos ao Povo Truká e aos indígenas de todo o Nordeste na retomada desta terra, da Fazenda Mãe Rosa, desapropriada para a Transposição, território Truká desde tempos imemoriais.

Água nos açudes e cisternas, caatinga verdejante, comidas de milho, requeijão e paçoca, licores e muito forró ao redor da fogueira... Sinais do Nordeste bonito e viável, evidências do que pode o período chuvoso do Semi-Árido, se para ele deslocarmos o foco, concentrarmos os esforços, investirmos. Ao optar por obra contra a seca e não a favor do Semi-Árido e sua dinâmica sócio-ambiental, o governo erra mais uma vez, como tem acontecido historicamente. A proposta de conviver com o Semi-Árido – esperava-se desse governo – sepultaria a política e a indústria do combate à seca e consolidaria a política do aproveitamento do chuvoso, pois é neste e não na seca que se decide a vida do sertão e do sertanejo. A Transposição, barganhada em nome de uma falsa revitalização das bacias do Nordeste, significa uma “travessia para o passado”. A questão não é doar água ou não, mas qual desenvolvimento, a que preço e para quem. E como enfrentar os limites impostos pelas mudanças climáticas globais, que tendem a diminuir os mananciais do rio São Francisco e desertificar o Semi-Árido.

Este é o terceiro acampamento que fazemos, o último tendo ocorrido em Brasília (DF) por uma semana no mês de março, com 740 pessoas. Já se somam quase uma centena de manifestações públicas. Sequer fomos recebidos, muito menos ouvidos ou considerados. Será por que significamos a incômoda verdade sobre esse projeto e o que ele vai trazer de falso desenvolvimento para o Nordeste? Ou é porque vivemos num blefe de democracia? Ditadura de novo, com desenvolvimentismo e até ação do

Exército?

O processo transcorrido até aqui não foi democrático nem republicano e desabona o projeto, seus promotores e lobistas: estudos de impacto ambiental formais e incompletos; críticas fundamentadas dos principais especialistas; desrespeito às decisões do Comitê de Bacia; descumprimento do acordo feito com Dom Luiz Cappio, ao encerrar a greve de fome, em outubro de 2005, para que houvesse um amplo e sério debate nacional sobre o assunto; incertezas e inverdades quanto às reais motivações do projeto, quanto a seus custos e a quem vai pagar a conta; propaganda enganosa sobre seu alcance, ao manipular a opinião pública e inventar um público beneficiário de 12 milhões de sedentos, na verdade, os que vão pagar a conta dos grandes usos econômicos intensivos em água; irregularidades flagrantes detectadas pelo Tribunal de Contas da União; indícios de corrupção (caso da Gautama, empreiteira candidata ao segundo trecho mais caro da obra); ocultação ao debate público dos Projetos de Transposição do rio Tocantins para os rios São Francisco e Parnaíba; compra descarada de apoio dos políticos do São Francisco, com verbas da revitalização; chantagens de um pseudodesenvolvimento transmutado em crescimento econômico a qualquer custo e sem futuro... São motivos mais que suficientes para que esse projeto seja arquivado. E que a sociedade cobre essa única atitude digna de um Estado de Direito democrático e republicano.

Transposição não é solução – esta a verdade que não quer calar! Queremos um programa verdadeiro de convivência com o Semi-Árido! Queremos um projeto de desenvolvimento regional que atenda às reais necessidades da população do Semi-Árido e do São Francisco e não de uma minoria de empresários nacionais e estrangeiros! Queremos a democratização do acesso à água, com acesso livre da população aos açudes e às adutoras! Queremos controle social sobre os usos das águas dos açudes e reservatórios geridos com competência! Queremos destinação prioritária das águas para a agricultura familiar e camponesa! Queremos a implementação imediata das 530 obras do **Atlas Nordeste** da Agência Nacional de Águas (ANA) para levar água a 34 milhões de habitantes do Polígono da Seca! Queremos programas que ampliem, divulguem e implantem as mais de 140 tecnologias hídras, agrícolas e ambientais de convivência com o bioma Caatinga e o clima semi-árido! Queremos reforma agrária ampla e efetiva e regularização dos territórios tradicionais, a começar pelas áreas dos Povos Truká, Tumbalalá, Pipipã e Cambiwá, atingidos pela Transposição! Queremos a suspensão das barragens de Pedra Branca, Riacho Seco e Pão de Açúcar e de Centrais Nucleares na região! Queremos uma revitalização do rio São Francisco que seja para valer! Queremos que o Supremo Tribunal Federal tome finalmente a decisão e que essa seja contrária ao projeto! Queremos o arquivamento definitivo do Projeto de Transposição!

**CONVIVER COM O SEMI-ÁRIDO É A SOLUÇÃO! SÃO FRANCISCO VIVO!
TERRA E ÁGUA, RIO E POVO!**

Cabrobó (PE), 26 de junho de 2007.

Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) – Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) – Movimento de Mulheres Camponesas do Brasil (MMC) – Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) – Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (Apoiname) – Movimento Nacional dos Pescadores (Monape) – Movimento dos Trabalhadores Acampados e Assentados da Bahia (Ceta) – Sindicato dos Trabalhadores em Água e Esgoto (Sindae) – Cáritas – Conselho Indigenista Missionário (Cimi) – Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP) – Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Articulação no Semi-Árido Brasileiro (ASA) – Associação dos Advogados de Trabalhadores Rurais (AATR) – Pastoral da Juventude do Meio Popular (PJMP) – Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA/BA) – Sindicato dos Petroleiros (Sindipetro/AL/SE) – Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas) – Federação Sindical e Democrática dos Metalúrgicos de Minas Gerais (FSDM/MG) – Terra de Direitos – Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo (FNRA) – Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA) – Fórum Permanente em Defesa do Rio São Francisco (FPDSF/BA) – Fórum Regional de Desenvolvimento Sustentável do Norte de Minas (FDSNM) – Fóruns de Organizações Populares do Alto, Médio, Sub-Médio e Baixo São Francisco – Frente Cearense Por uma Nova Cultura da Água Contra a Transposição – Projeto Manuelzão/MG – Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STRs) – Colônias de Pescadores – Comunidades Ribeirinhas – Indígenas – Quilombolas – Vazanteiras, Brejeiras, Catingueiras e Geraiseiras da Bacia do Rio São Francisco

2.2. Nota pública de encerramento do acampamento

Índios retomam terras e caravanas reforçam atividades contra a Transposição

Hoje, dia 5 de julho, por volta das quatro horas da manhã, um grupo de aproximadamente 300 índios ocupou uma fazenda, em Cabrobó (PE). A atividade acontece após despejo dos manifestantes que ocupavam desde segunda-feira passada a área onde o Exército deu início às obras do Eixo Norte do Projeto de Transposição do governo federal.

Mesmo com o despejo sofrido ontem, a ação não tem prazo para terminar e é reforçada pela legítima reivindicação dos Povos Indígenas. A fazenda ocupada nessa madrugada está a cerca de oito quilômetros do centro da cidade e seu proprietário é conhecido como Tonho da Lalinha.

Pela manhã os índios iniciaram a montagem da infra-estrutura para permanecer no local. O objetivo da ocupação é continuar com a retomada de terras do povo Truká e impedir o andamento das obras do Projeto de Transposição do rio São Francisco.

Ontem, o Cimi entregou ao Ministério Público Federal (MPF), no município de Serra Talhada (PE), uma representação contra o Ministério da Integração Nacional, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e a Funai. O documento pede a abertura de um Inquérito

Civil Público no sentido de responsabilizar sobre possíveis danos ao meio ambiente e aos direitos dos indígenas.

Tecnologias de Convivência com Semi-Árido

Os manifestantes despejados ontem permanecem até a tarde no assentamento Jibóia, de trabalhadores ligados ao MST. Pela manhã, mais uma caravana chegou ao local vinda do Ceará. Na programação do dia estão atividades de sensibilização das famílias que vivem no assentamento e nas imediações, assim como nas escolas públicas. O Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada (IRPAA) faz uma formação sobre alternativas de Convivência com o Semi-Árido. Por fim, os trabalhadores deverão construir uma cisterna de tela e cimento para captação de água da chuva que atenderá ao centro comunitário. O assentamento é formado por cinquenta famílias que estão no local há dez anos, seis deles como assentadas. No local não há água encanada e os moradores sofrem graves problemas de abastecimento, principalmente para consumo humano.

Cabrobó (PE), 5 de julho de 2007.

MST – MPA – MMC – MAB – Apoinme – Monape – Ceta – Sindae – Cáritas – Cimi – CPP – CPT – ASA – AATR – PJMP – CREA/BA – Sindipetro (AL/SE) – Conlutas – FSDM/MG – Terra de Direitos – FNRA – RBJA – FPDSF/BA – FDSNM – Fóruns de Organizações Populares do Alto, Médio, Sub-Médio e Baixo São Francisco – Frente Cearense Por uma Nova Cultura da Água Contra a Transposição – Projeto Manuelzão/MG – STRs – Colônias de Pescadores – Comunidades Ribeirinhas – Indígenas – Quilombolas – Vazanteiras, Brejeiras, Catingueiras e Geraiseiras da Bacia do Rio São Francisco